

Leia o Texto I para responder às questões de 1 a 10.**Texto I**

Entenda como o pessimismo influencia sua saúde

Vocês já pararam para observar o quanto os pensamentos negativos apenas alimentam seu mau humor, fazendo com que seu dia se torne mais pesado e cheio de pequenos incidentes desagradáveis? Quantas vezes ao acordar pela manhã e bater o dedo na beira da cama já não saiu esbravejando e dizendo que o dia começou ruim?

Isso porque muitas vezes vivemos rodeados de pessoas e ou situações que nos levam a ver somente o lado ruim das situações, e acabamos interiorizando esse comportamento crítico e queixoso em nossa vida.

Outro exemplo é que algumas pessoas já cresceram ouvindo os pais reclamarem de tudo, sempre insatisfeitos com o que têm em casa ou no trabalho e, por mais que isso possa incomodar, nos acostumamos a ver esse mundo ingrato que tanto nos foi descrito. Quando menos esperamos alguém ao nosso lado nos aponta isso. Ao nos dar conta desse comportamento, ficamos a pensar o que fazer para mudar esse jeito de ser mal humorado.

Porque é tão complicado entender que viver é um grande aprendizado e que, nesse contexto, precisamos alongar nosso olhar em busca de outros significados para não carregarmos o peso de uma vida difícil todos os dias? Isso acontece porque nos acostumamos a colocar muita tralha em nossas cabeças e, desta forma, vamos nos alimentando somente de pensamentos ruins, que refletem não somente em nós mesmos, mas no nosso corpo e na nossa relação com as pessoas ao nosso redor.

Pensamentos ruins geram doenças como depressão, ansiedade, mau humor crônico, entre outras doenças do estômago, coração, dores de cabeça, musculares. Isso porque o corpo não suporta tantas situações incompreendidas e mal digeridas, causando um mal estar constante na nossa vida.

É importante aprendermos a diferenciar a real felicidade das pequenas situações que nos fazem felizes no nosso dia a dia. Felicidade é um conjunto consciente de situações que no todo nos trazem contentamento. Uma avaliação objetiva e afetiva que fazemos de nossa própria vida, incluindo as experiências emocionais que nos são agradáveis com baixo nível de humores negativos e alta satisfação em relação à vida.

Esse processo é muito interessante, pois começamos a dar outro sentido à vida, muito maior do que aprendemos sobre ser feliz. Incluímos uma série de novos comportamentos que nos levam a uma satisfação imediata, pois quem não gosta de um bom dia com um belo sorriso no rosto, ou um momento de atenção quando se quer ser ouvido, ou mesmo um breve aperto de mão?

Todas as nossas ações contribuem diretamente para o bem estar próprio e do outro, desencadeando uma cadeia de bem estar constante. A saúde mental está ligada diretamente ao nosso corpo, nosso cérebro registra todos os nossos pensamentos como reais, e passa a agir de acordo com eles.

A neurociência vem estudando os efeitos da positividade e identificou o quanto os nossos comportamentos são geradores de mudanças cerebrais importantes, como vemos em alguns casos de pessoas que passaram por situações traumáticas físicas e mentais se recuperaram.

Se você se identificou com o texto, é importante avaliar a forma que tem se relacionado consigo mesmo e com as pessoas ao redor. Procure manter uma atitude positiva, promovendo o que, segundo a psicologia positiva, é o caminho adequado para mudar comportamentos.

(Luciana Kotaka. Disponível em: <http://yahoo.minhavidacom.br/familia/materias/16164-o-papel-da-familia-na-prevencao-e-no-consumo-precoce-de-alcool>. Acessado em 10/03/2013)

1. O modo como se organiza um texto está relacionado ao objetivo de seu autor: narrar, descrever, argumentar, explicar, instruir. No Texto I, reconhece-se uma sequência textual:
 - a) explicativa, em que se expõem informações objetivas sobre a felicidade.
 - b) instrucional, em que se ensina o comportamento adequado ao bem estar.
 - c) narrativa, em que se contam fatos que, no decorrer do tempo, envolvem saúde e doença.
 - d) descritiva, em que se constrói uma imagem de felicidade a partir do que os sentidos do autor captam.
 - e) argumentativa, em que se defende a opinião do autor sobre felicidade, buscando-se a adesão do leitor a partir de dados científicos.
2. O reconhecimento dos diferentes tipos de textos, seu contexto de uso, sua função social específica, seu objetivo comunicativo e seu formato mais comum relacionam-se aos conhecimentos socioculturalmente construídos. A análise dos elementos constitutivos desse texto demonstra que sua função é:
 - a) anunciar um produto para ser feliz.
 - b) informar sobre os tipos de pensamentos negativos.
 - c) ensinar dicas para evitar doenças graves.
 - d) expor a opinião do autor sobre felicidade.
 - e) aconselhar sobre bem estar, relacionamento, emoções, felicidade.

3. Ao descrever sinais de chegada de doenças em nossas vidas, no 5º parágrafo, o autor revela:
- a) preocupação e medo
 - b) previdência e susto
 - c) pessimismo e aflição
 - d) indiferença e apatia
 - e) sensibilidade e terror
4. No trecho: *Quantas vezes ao acordar pela manhã e bater o dedo na beira da cama já não saiu esbravejando e dizendo que o dia começou ruim?* A repetição do conectivo "e" tem efeito de marcar uma:
- a) sequência cronológica dos fatos.
 - b) repetição dos acontecimentos.
 - c) descontinuidade de fatos.
 - d) implicação natural de consequência dos fatos.
 - e) coordenação entre as ideias do período.
5. Indique o trecho do texto que apresenta as informações com o máximo de objetividade, sem emitir juízos de valor subjetivos.
- a) A neurociência vem estudando os efeitos da positividade e identificou o quanto os nossos comportamentos são geradores de mudanças cerebrais importantes.
 - b) Quantas vezes ao acordar pela manhã e bater o dedo na beira da cama já não saiu esbravejando e dizendo que o dia começou ruim?
 - c) Ao nos dar conta desse comportamento, ficamos a pensar o que fazer para mudar esse jeito de ser mal humorado.
 - d) É importante aprendermos a diferenciar a real felicidade das pequenas situações que nos fazem felizes no nosso dia a dia.
 - e) Esse processo é muito interessante, pois começamos a dar outro sentido à vida, muito maior do que aprendemos sobre ser feliz.
6. Infere-se do texto, sobre a felicidade, que:
- a) o ser humano é responsável pela construção da felicidade dos seus semelhantes.
 - b) a responsabilidade do homem de ser feliz não termina diante da primeira situação traumática.
 - c) o exercício da felicidade obriga a todos a novos comportamentos.
 - d) o ser humano não vive mecanicamente quando sabe escolher seu estilo de vida.
 - e) é condição para ser feliz não se decepcionar nunca.
7. O vocábulo "queixoso" (2º parágrafo) pode ser interpretado como:
- a) diferente
 - b) pessimista
 - c) excêntrico
 - d) primitivo
 - e) exótico
8. O Texto I, em síntese, recomenda:
- a) viver com cautela na busca da felicidade.
 - b) austeridade na mudança de comportamento.
 - c) atividades físicas para melhorar a saúde mental.
 - d) otimismo como caminho para a felicidade.
 - e) não se iludir com a vida.
9. "Por muita tralha em nossas cabeças", no texto, entende-se:
- a) entes sobrenaturais que aparecem aos vivos.
 - b) o peso de uma vida difícil todos os dias.
 - c) imagens de culpa que iremos carregar.
 - d) imagens que assombram e causam medo.
 - e) frutos da imaginação doentia do homem.
10. A função do último parágrafo, em relação ao pensamento exposto nos anteriores, é:
- a) contradizer
 - b) explicar
 - c) ratificar
 - d) exemplificar
 - e) ressaltar
11. Julgue os itens a seguir sobre os protocolos de comunicação em rede utilizados na Internet.
- I. O protocolo IP é o protocolo responsável pela identificação das máquinas conectadas na Internet e pelo encaminhamento correto dos dados entre elas.
- II. O protocolo responsável pelo transporte de informações entre páginas web é o WWW.
- III. O protocolo responsável pelo envio de email é o FTP.
- A alternativa que contem todas as afirmativas corretas é:
- a) I, II e III
 - b) II e III
 - c) I e III
 - d) III
 - e) I

- 12.** Sobre os principais navegadores da Internet é correto afirmar que:
- a** o Internet Explorer possui versões para Windows e Linux.
 - b** o Microsoft Outlook é um navegador que trabalha exclusivamente com o protocolo HTTPS.
 - c** o Google Chrome e o Safari são navegadores proprietários que funcionam em qualquer sistema operacional.
 - d** Mozilla Firefox e Opera são navegadores que possuem versões para Windows e Linux.
 - e** o Ubuntu é um navegador que trabalha em qualquer plataforma.
- 13.** Durante o envio de um e-mail para vários destinatários, é correto afirmar que:
- a** o campo CC deve ser preenchido com um destinatário e o campo CCo com os demais.
 - b** todos os endereços podem ser escritos no campo *Para*.
 - c** os endereços utilizados devem estar cadastrado previamente no catálogo de endereços.
 - d** não se pode anexar arquivos de vídeo em e-mails para vários destinatários.
 - e** os anexos possuem um tamanho máximo padrão de 5 Mb, não sendo possível o envio de arquivos maiores.
- 14.** Ao clicarmos simultaneamente as teclas de atalho ctrl+O no Microsoft Word, ocorre que:
- a** o texto do documento atual é selecionado.
 - b** abre uma janela com opções para a impressão do documento.
 - c** abre um documento em branco.
 - d** abre uma janela para salvar o documento com um outro nome.
 - e** coloca em negrito a palavra próxima do cursor.
- 15.** No aplicativo LibreOffice Calc foi inserida na célula D1 a fórmula =A\$1-B1*\$C1. Ao se utilizar a alça de preenchimento para copiar a célula D1 até a D8, a fórmula que o Calc colocará na célula D5 é:
- a** A\$1-B5*\$C5
 - b** A\$5-B5*\$C5
 - c** A\$1-B5*\$C1
 - d** A\$5-B5*\$C1
 - e** A\$1-B1*\$C1
- 16.** Quanto aos Sistemas de arquivos utilizados nos diferentes sistemas operacionais, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto abaixo:
- _____ e _____ são sistemas de arquivo da plataforma Windows, enquanto que _____ é um sistema de arquivo desenvolvido para o Linux.
- A alternativa correta é:
- a** FAT32, NTFS, EXT2
 - b** NTFS, HFS, SWAP
 - c** EXT2, EXT3, SWAP
 - d** FAT32, JFS, EXT3
 - e** NTFS, JFS, Reiser
- 17.** Sobre a Intranet é correto afirmar que:
- a** o acesso a rede é irrestrito, podendo ser acessada por qualquer funcionário ou cliente da empresa.
 - b** é uma rede local baseada no protocolo TCP/IP, utilizada exclusivamente para compartilhamento de arquivos na empresa.
 - c** é uma rede pública que utiliza navegadores para transmissão de dados.
 - d** é uma rede privada que utiliza os serviços típicos da Internet em sua rede interna.
 - e** é uma rede que permite acesso remoto de gerentes utilizando o padrão da Internet.
- 18.** Em uma agência de publicidade, o backup de seu servidor de arquivos é realizado diariamente. Durante este procedimento, todos os arquivos são copiados para uma mídia externa, inclusive os arquivos que não foram alterados após o último backup. Nesta situação é correto afirmar que o backup realizado é do tipo:
- a** Incremental
 - b** Normal
 - c** Diferencial
 - d** Particionado
 - e** Eterno
- 19.** Ao abrir um documento, o usuário realizou algumas modificações e, ao tentar salvar esta operação não foi permitida. Isto ocorreu por que:
- a** o tipo de acesso implementado no arquivo foi apenas de gravação.
 - b** o acesso ao arquivo deveria ter sido feito através de senha.
 - c** o tipo de acesso implementado no arquivo foi apenas de leitura.
 - d** o processador de texto está danificado.
 - e** o tipo de acesso implementado foi leitura e gravação.

- 20.** A gerência de dispositivos de entrada e saída é uma tarefa realizada:
- a) pela BIOS
 - b) pelo Sistema Operacional
 - c) por programas específicos instalados na máquina
 - d) pela memória RAM
 - e) pelo próprio dispositivo
- 21.** Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.
- a) Sendo constatada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar medidas sócio educativas que vão desde a advertência até a prestação de trabalhos forçados, de acordo com a conduta praticada.
 - b) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima, salvo manifesta impossibilidade, hipótese em que a medida poderá ser substituída por outra adequada.
 - c) A prática de ato infracional produz consequências jurídicas à pessoa do adolescente, inexistindo medidas legais a serem aplicadas aos pais e/ou responsáveis.
 - d) O Conselho Tutelar, constitui órgão facultativo destinado a zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente, sendo criado de acordo com a disponibilidade e realidade de cada Município.
 - e) De acordo com a gravidade da conduta, é possível a divulgação de atos judiciais que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, podendo ter referência ao nome do menor infrator.
- 22.** A atual Lei de Drogas brasileira (Lei nº. 11.343, de 2006) paira entre os esforços de organizações da sociedade civil para mitigação da repressão penal, nos casos de uso de drogas, e recrudescimento dessa repressão nos casos de tráfico e condutas afins. Dentro dessa lógica, a referida lei:
- a) eliminou a pena privativa de liberdade para o crime de posse de droga para consumo pessoal, exceto em caso de reincidência, caso em que se aplicam as regras do Código Penal sobre fixação de regime penitenciário.
 - b) determinou que a pena de prestação de serviços à comunidade seja cumprida preferencialmente em estabelecimentos, públicos ou privados, destinados a promover a prevenção e a recuperação dos usuários.
 - c) criminalizou a indução, a instigação e o auxílio ao uso indevido de droga, por isso é proibida a realização de eventos nos quais, a pretexto de debater ou educar, pessoas se manifestem ostensivamente favoráveis ao consumo.
 - d) descriminalizou a conduta de ceder imóvel para que o mesmo seja usado em atividades ligadas ao tráfico de drogas, desde que a cessão seja gratuita.
 - e) eliminou a pena privativa de liberdade para o crime de fornecimento eventual de droga, sem objetivo de lucro, para que o terceiro consuma junto com o fornecedor.
- 23.** A Lei nº. 5.553, de 1968, resguarda os direitos dos cidadãos quanto à posse de seus documentos pessoais de identificação, os quais são garantias do exercício de direitos. Por força dessa lei:
- a) é vedada a apreensão de documentos originais, porém é permitida a retenção daqueles apresentados em fotocópias autenticadas, na medida em que estes não possuem valor legal.
 - b) a retenção de documentos de identificação pessoal constituirá contravenção penal, mas apenas quando praticada por autoridade pública, sendo um irrelevante penal a conduta quando praticada por particular.
 - c) as limitações constantes da lei somente se referem a documentos que contenham a fotografia do titular, pois apenas estes são válidos como documentos de identificação.
 - d) nos termos da lei, a autoridade policial deve reter documento que, por mau estado de conservação, torne incerta a veracidade dos dados dele constantes, fazendo instaurar investigação sobre possível crime de uso de documento falso.
 - e) é lícito condicionar a entrada de pessoas em prédios públicos à apresentação de documento de identificação, mas o documento deve ser imediatamente restituído após conferência ou anotação dos dados.

24. Assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência, envolvendo infração penal de menor potencial ofensivo, lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- b) Os juzizados especiais criminais são competentes para processar e julgar as infrações penais de menor potencial ofensivo, incluindo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.
- c) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, sendo requisito único para a suspensão a inexistência de condenação anterior do acusado pela prática de outro crime.
- d) Na hipótese de composição dos danos civis, homologada pelo Juiz, remanesce à vítima o direito de promover a queixa ou representação, conforme o caso.
- e) Em sede de juizado especial criminal, a competência para processar e julgar a ação penal é definida a partir do lugar do domicílio do autor do ilícito.

25. Sobre os crimes ambientais, leia as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) A caracterização da responsabilidade das pessoas jurídicas exclui automaticamente a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- b) O diretor de pessoa jurídica pode ser responsabilizado criminalmente, na medida de sua culpabilidade, caso sabendo da conduta criminoso de outrem, deixe de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.
- c) As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, na hipótese de crimes culposos.
- d) Nos crimes ambientais previstos na Lei nº. 9605/98, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a cinco anos.
- e) Nas infrações penais previstas na Lei nº. 9605/98, a ação penal é pública condicionada a representação.

26. Marque a alternativa correta sobre atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº. 8.429/1992.

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres do agente público; mas não constitui improbidade administrativa doar a pessoa jurídica rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas; desde que tenha fins educativos ou assistenciais.
- b) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário receber o agente público, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- c) No caso de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, a pena poderá ser de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública e dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de dez anos.
- d) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado.
- e) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas pela Lei de improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança; e dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, em qualquer caso.

- 27.** Sobre os Institutos de Direito Administrativo a seguir, assinale a alternativa correta.
- Ⓐ As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa e, portanto, a responsabilidade do Estado por danos causados a terceiros é subjetiva tanto em caso de ação, como em caso de omissão.
 - Ⓑ O princípio da publicidade determina o dever da transparência dos atos administrativos e corresponde ao direito do cidadão à informação, que foi consagrado de forma absoluta no sistema jurídico brasileiro.
 - Ⓒ São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade. A legitimidade é a qualidade pela qual o poder público pode compelir materialmente o administrado, sem necessitar buscar previamente as vias judiciais para o cumprimento da obrigação.
 - Ⓓ Ato administrativo é a declaração do Estado no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas ao controle de legitimidade e legalidade por órgão jurisdicional, após o esgotamento da via administrativa.
 - Ⓔ A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 28.** A Lei nº. 9.784/1999 regulamenta o Processo Administrativo no âmbito da administração pública federal. Sobre o tema, marque a alternativa correta.
- Ⓐ O administrado tem direito perante a Administração de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas. Porém, não pode formular alegações e apresentar documentos antes da decisão.
 - Ⓑ São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo: expor os fatos conforme a verdade; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; mas não está obrigado a prestar informações.
 - Ⓒ A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato. Por essa razão, na solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
 - Ⓓ O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.
 - Ⓔ A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, com possibilidade de prorrogação por tempo indeterminado, mediante comprovada justificação.

- 29.** Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa correta.
- a) São servidores públicos os particulares em colaboração com a Administração.
 - b) O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - c) São servidores públicos os contratados, sob vínculo trabalhista, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; conforme os requisitos legais.
 - d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - e) Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal, há pelo menos cinco anos continuados ou não, e que não tenham sido admitidos mediante concurso público, são considerados estáveis no serviço público.
- 30.** Sobre a Administração Pública, assinale a resposta correta.
- a) As autarquias fazem parte da administração indireta, devem ser criadas por lei e respondem pelos próprios atos, com autonomia financeira, funcional e administrativa e, portanto, não existe a responsabilidade subsidiária do Estado.
 - b) As agências reguladoras fazem parte da administração pública direta, em virtude do próprio poder regulador inerente ao Estado.
 - c) Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam somente à União.
 - d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos previstos na Constituição Federal, e a referida vedação estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - e) Somente por lei específica poderá ser criada fundação e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- 31.** Assinale a alternativa correta acerca das liberdades públicas na Constituição de 1988.
- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou de qualquer aviso prévio à autoridade competente.
 - b) Todos podem reunir-se pacificamente, mesmo portando armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou de qualquer aviso prévio à autoridade competente.
 - c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, mas exige-se autorização expressa da autoridade competente, na forma da lei, para associações de caráter paramilitar.
 - d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente ou extrajudicialmente.
 - e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas depende de autorização do Poder Público, o qual poderá interferir em seu funcionamento a qualquer tempo, por razões de conveniência e oportunidade.
- 32.** Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.
- a) Não haverá pena de morte, exceto em caso de guerra declarada.
 - b) Não haverá pena de morte em hipótese alguma.
 - c) Não haverá pena de morte, exceto para homicidas e terroristas com condenação transitada em julgado.
 - d) Não haverá prisão perpétua, exceto para estupradores e pedófilos com condenação transitada em julgado.
 - e) Não haverá penas de trabalhos forçados, exceto para os que forem condenados por crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça.
- 33.** Com relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar que:
- a) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
 - b) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
 - c) é da competência exclusiva do Senado Federal: autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a celebrar a paz.
 - d) é da competência exclusiva da Câmara dos Deputados: autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - e) é da competência privativa do Senado Federal: autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

- 34.** Assinale a alternativa correta acerca do Poder Executivo.
- a) O Presidente da República só poderá ausentar-se do País, por período superior a 15 dias, com licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do mandato.
 - b) O Presidente da República só poderá conceder indulto e comutar penas com autorização do Procurador-Geral da República ou do Advogado-Geral da União.
 - c) O Presidente da República poderá delegar ao Procurador-Geral da República a competência para enviar ao Congresso o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos na Constituição.
 - d) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.
 - e) O Presidente da República disporá, mediante Decreto, sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
- 35.** Assinale a alternativa correta acerca do Poder Judiciário.
- a) O juiz poderá exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, decorrido período de seis meses do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
 - b) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, todo e qualquer outro cargo ou função.
 - c) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
 - d) O encaminhamento da proposta orçamentária do Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados em conjunto com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, compete, no âmbito dos Estados e no Distrito Federal ao respectivo Governador.
 - e) Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Estadual, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, devendo ser expressamente designados os nomes dos credores nas dotações orçamentárias para este fim.
- 36.** Leia as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.
- a) É defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, salvo por exigência médica ou para fins de transplante, na forma definida em lei especial.
 - b) Existindo lesão a direito de personalidade de pessoa já falecida, caberá ao cônjuge sobrevivente a legitimação privativa para requerer as medidas legais cabíveis à cessação da conduta ilícita.
 - c) Os direitos da personalidade podem ser objeto de disposição ou de limitação permanente, geral e irrestrita, de acordo com os interesses do respectivo titular.
 - d) A incapacidade dos menores somente cessa com o alcance da maior idade, aos 18 (dezoito) anos, ocasião em que se tornam plenamente capazes para o exercício e gozo de todos os atos da vida civil.
 - e) Nos termos do art. 10 do Código Civil, a dissolução da sociedade conjugal deve ser objeto de registro em Cartório de Registro Público.
- 37.** Assinale a alternativa correta.
- a) O domicílio do incapaz é o lugar onde estabelece sua residência com ânimo definitivo, ainda que distinto do domicílio de seu representante legal ou assistente.
 - b) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
 - c) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da assinatura do ato constitutivo a ser invalidado.
 - d) Obrigam a pessoa jurídica os atos praticados por seus administradores, ainda que extrapolem os poderes e limites estabelecidos em seus atos constitutivos.
 - e) Na forma da lei, são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos, inexistindo controle de legalidade e legitimidade de seus atos constitutivos.

- 38.** Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.
- a De acordo com a liberdade legalmente assegurada, é lícito às partes alterar os prazos prescricionais, de acordo com os seus interesses em determinada relação jurídica.
 - b Durante o poder familiar, não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes.
 - c A prescrição pode ser diversas vezes interrompida por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação do devedor, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
 - d Não havendo estipulação legal em prazo menor, a prescrição ocorre em 15 (quinze) anos.
 - e Ocorrendo o término do prazo decadencial em um feriado, a decadência somente será consumada no próximo dia útil subsequente.
- 39.** Analise as proposições abaixo e marque a alternativa correta.
- a A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, acarreta a revogação e/ou modificação da lei anterior.
 - b De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, o desconhecimento das disposições legais caracteriza excludente de ilicitude de condutas contrárias à lei.
 - c Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar no prazo de 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.
 - d Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
 - e A lei nova de ordem pública pode alterar os efeitos de ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- 40.** Leia as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.
- a Na forma da lei, a escritura pública é essencial à validade de todos os negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis.
 - b A validade do negócio está condicionada a obediência da forma legalmente prevista, a existência de agente capaz e a adoção de objeto lícito, possível e determinado.
 - c Os negócios jurídicos benéficos são interpretados extensivamente, de acordo com o sentido literal da linguagem constante do instrumento obrigacional.
 - d No negócio jurídico celebrado como a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
 - e O silêncio representa plena manifestação de vontade, importando em anuência, ainda que seja necessária declaração de vontade expressa para a celebração do negócio.
- 41.** No que diz respeito ao conceito analítico de crime (fato típico, ilícito e culpável), a situação do indivíduo que invade a casa de um vizinho e, ignorando-lhe os protestos veementes, arrebenta a parede desta, a marretadas, como forma de ter acesso a sua própria residência e ali resgatar a esposa, numa situação de incêndio, é semelhante:
- a a de um taxista que, sob ameaça armada, é obrigado a dirigir seu carro e dar fuga a criminosos que acabaram de realizar um assalto.
 - b a do investigador de polícia que, em cumprimento a ordem expressa do delegado, que o acompanha, efetua prisão de suspeito, descobrindo-se posteriormente que aquela prisão era ilegal.
 - c a do autor de um crime de ameaça que, pelo decurso do tempo, não pode mais ser processado por força da prescrição da pretensão punitiva.
 - d a do indivíduo que subtrai uma caixa fechada de notebook, supondo que dentro havia o equipamento eletrônico, mas posteriormente descobre que só havia folhas de papel sem qualquer valor.
 - e a do vigilante de rua que usa seu cassetete para bater e acaba matando o assaltante, no momento em que este, armado, atacava com violência uma vítima.
- 42.** Indivíduo que se utiliza de crianças para subtrair bens e valores de pessoas distraídas, em via pública, responde por furto:
- a como partícipe moral de menor importância, se a sua colaboração para o crime ficou meramente no plano psicológico.
 - b como autor direto, se foi dele a iniciativa e seria dele o proveito do crime.
 - c como partícipe material, já que auxiliou a execução material do crime por terceiros.
 - d como autor mediato, pois cometeu o crime se prevalecendo de executores inimputáveis.
 - e como autor colateral, já que a sua responsabilidade se baseia no Código Penal e a das crianças, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 43.** Em relação aos crimes patrimoniais, deve ser indiciado:
- a) por estelionato o agente que, fazendo-se passar por auditor fiscal, subtrai do escritório de uma empresa dois notebooks que estavam sobre mesas de trabalho, enquanto os funcionários se afastam para buscar os livros contábeis por ele exigidos.
 - b) por apropriação indébita, o funcionário que retira do cofre da empresa certa quantia em dinheiro, sem saber que havia no local uma câmera, instalada justamente para monitorar o comportamento dos funcionários.
 - c) por receptação, o comerciante que faz um acordo com assaltantes de seu bairro, por meio do qual se compromete a comprar, para fins de revenda, peças de celulares que eles roubarem dali por diante.
 - d) por extorsão mediante sequestro o indivíduo que, após tomar um casal de namorados como reféns, libera o rapaz para buscar dinheiro, como condição para libertar a moça que continuará em seu poder até o recebimento dos valores.
 - e) por extorsão, o indivíduo que chantageia seu concorrente em um concurso público, ameaçando apresentar provas de um crime por ele cometido, como forma de forçá-lo a desistir da vaga, que assim será destinada ao coator.
- 44.** Sobre os crimes contra a pessoa, é correto afirmar que:
- a) responde por crime de maus-tratos o vizinho que, para castigar crianças que subiram em seu telhado e quebraram algumas telhas, as obriga a ficar sentadas em chão de cimento, na hora mais quente do dia.
 - b) mulher que leva a própria filha de doze anos para uma clínica clandestina, onde a menina é submetida a um abortamento, deve responder por abortamento consensual, se ficar provado que a adolescente concordou com o ato.
 - c) aprendiz de marceneiro que, por grave imperícia, amputa os dedos de um colega que o auxiliava deve responder por lesão corporal grave, já que houve debilidade permanente de membro.
 - d) integrantes de duas torcidas organizadas rivais, que trocaram agressões físicas na saída de um jogo de futebol, devem ser indiciados pelo crime de rixa.
 - e) indivíduo que esquece o próprio filho dentro de um automóvel sob sol forte, implicando em morte da criança, comete homicídio culposo, mas pode receber o perdão judicial.
- 45.** Sobre os crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que:
- a) policial que sai da sala deixando em cima da mesa um revólver apreendido, de modo que um visitante da delegacia consegue subtraí-lo clandestinamente, responde por peculato culposo desde que o autor da subtração seja também funcionário público.
 - b) médico que atua exclusivamente como profissional liberal, chamado a funcionar como perito em uma cidade onde não existem peritos oficiais, não pode ser considerado funcionário público e por isso não responde pelo crime de falsa perícia, caso aceite dinheiro para fraudar o laudo.
 - c) responde por emprego irregular de verbas públicas e não por peculato o delegado de polícia que usa para reformar os banheiros dos policiais verba destinada especificamente ao conserto da área da carceragem.
 - d) responde por crime de desobediência o particular que descumprir ordem judicial para a qual foi cominada multa diária, em caso de descumprimento.
 - e) o crime de desacato constitui ofensa à dignidade do serviço público e, por isso, reveste-se de especial gravidade, motivo pelo qual deve o ofensor ser preso em flagrante.
- 46.** Sobre inquérito policial, é correto afirmar que:
- a) comparecer ao local do crime, para garantir a sua integridade, e apreender objetos que tenham relação com o fato, são atribuições do delegado de polícia civil, que não podem ser executadas por investigadores.
 - b) uma vez determinado o arquivamento do inquérito pelo juiz competente, a autoridade policial não pode empreender novas investigações sobre o mesmo fato, a menos que seja requisitada para fazê-lo pelo Ministério Público.
 - c) se o recomendarem as circunstâncias do caso, o juiz pode determinar a incomunicabilidade do indiciado, por até três dias, quando o mesmo não poderá manter contato com familiares, advogados ou terceiros, a fim de prevenir a perda de provas ou influências sobre testemunhas.
 - d) tanto o acusado quanto o suposto ofendido pelo crime podem requerer diligências para elucidação dos fatos, à autoridade policial, mas esta tem liberdade para deferir ou não os pedidos, sem que se possa falar em nulidades.
 - e) investigadores de polícia não podem participar da reconstituição do crime, para prevenir o risco de que os fatos sejam apurados de acordo com a linha investigativa que estiver sendo desenvolvida no momento.

47. A disciplina legal do habeas corpus no Brasil permite afirmar que:

- I. A concessão da ordem de habeas corpus deve ser pedida pela parte prejudicada ou até mesmo pelo Ministério Público, não se admitindo todavia a concessão de ofício pela autoridade judiciária.
- II. O constrangimento ilegal por tempo de prisão superior ao que a lei permite não pode ser alegado quando foi o próprio preso que, tendo pedido diligências, contribuiu para a demora no encerramento do inquérito ou ação penal.
- III. Apesar de previsto no Código de Processo Penal como recurso, o habeas corpus é uma ação constitucional autônoma, que não admite produção de provas nem exame aprofundado de fatos.
- IV. Prisão em flagrante realizada pela autoridade policial enseja habeas corpus ao juiz de primeira instância, tendo como autoridade coatora o delegado de polícia, mas se o flagrante for homologado por juiz, este se torna a autoridade coatora e o habeas corpus deverá ser impetrado perante o tribunal.

A alternativa que contem todas as afirmativas corretas é:

- a) I, II e III
- b) I, II e IV
- c) II e III
- d) II, III e IV
- e) III e IV

48. Considera-se juízo competente para processar a ação penal:

- a) o juiz de Brasília, nos casos de crime praticado fora do país, se o réu nunca houver residido no Brasil.
- b) o juiz do domicílio ou residência do réu, com preferência sobre outros critérios definidores de competência.
- c) o do tribunal do júri, na hipótese de réu denunciado por tentativa de homicídio quando, na fase de pronúncia, tenha havido desclassificação para lesão corporal grave.
- d) no caso de uma criança sequestrada em Belém e mantida em cativeiro em Maracanã, o juiz do local onde a criança seja encontrada pela autoridade policial.
- e) o juiz da capital do Estado, nas hipóteses de crime atribuído a indivíduo que jamais morou no território estadual.

49. Marque, dentre as opções abaixo, a **ÚNICA** que **NÃO** configura uma situação provável de flagrante delito.

- a) Autor de roubo ocorrido na noite de sábado, que não chegou a ser perseguido mas foi encontrado casualmente na rua e reconhecido pela vítima na manhã do dia seguinte.
- b) Indivíduo encontrado dirigindo um automóvel furtado meia hora antes, que gerou um chamado à Polícia Militar através do serviço 190.
- c) Autor de estupro encontrado saindo do local onde praticou a violência sexual minutos antes.
- d) Indivíduo encontrado com uma faca suja de sangue a poucos metros de local onde uma pessoa acabou de ser morta a facadas.
- e) Indivíduo que, em perseguição a pessoa que pretendia matar, caminha em via pública exibindo arma de fogo.

50. As disposições constantes do Código de Processo Penal acerca de exame de corpo de delito e perícias em geral permitem que se afirme o seguinte:

- a) fica dispensado o exame de corpo de delito para provar a materialidade da lesão corporal se o acusado confessa haver agredido a vítima.
- b) no caso de lesão corporal que enseje incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, a ausência de perícia complementar não pode ser suprida por prova testemunhal.
- c) uma vez juntados aos autos os resultados das perícias, o juiz não poderá decidir em contrariedade a eles, porque se trata de prova técnica.
- d) entende-se, atualmente, que laudo pericial subscrito por um único perito é perfeitamente válido, porque os recursos científicos estão mais desenvolvidos.
- e) nas perícias laboratoriais, é obrigatório guardar material suficiente para ser usada como contraprova, sendo que a ausência de material pode ensejar a nulidade da perícia.